
DIÁLOGOS ENTRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dialogues between information literacy and professional and technological education

Katiúscia Sousa Dias (1), Gabriela Belmont de Farias (2)

(1) SENAC / Universidade Federal do Ceará, Brasil, katiusciasousa@gmail.com

(2) Universidade Federal do Ceará, Brasil, gabibfarias@gmail.com



Resumo

A valorização da informação e do conhecimento na sociedade contemporânea trouxe mudanças no mundo do trabalho e na educação, com novos paradigmas decorrentes da globalização. Em um ambiente cada vez mais competitivo, as organizações procuram profissionais com competências desenvolvidas além das necessárias para suas atividades específicas, que combinam conhecimentos e habilidades adquiridos em sua formação geral, formação profissional e experiências. Nesse sentido, a Competência em Informação deve fazer parte de todos os níveis educacionais, inclusive, na Educação Profissional, modalidade educacional que objetiva a formação de trabalhadores. Este artigo tem como objetivo discutir sobre a competência em informação na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, de abordagem qualitativa, que possui como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental. Ao se considerar que a qualificação dos trabalhadores nem sempre é suficiente para que estes sejam capazes de entregar os resultados esperados pelas organizações, acenamos com este artigo, a possibilidade para os professores, em especial, os da educação profissional e tecnológica, a incluir em suas práticas pedagógicas atividades baseadas no desenvolvimento da competência em informação para impulsionar mudanças realmente significativas na formação de seus alunos.

Keywords: Competência em informação; Educação Profissional e Tecnológica; Educação para o trabalho; Ação docente

Abstract

The appreciation of information and knowledge in contemporary society has brought about changes in the world of work and education, with new paradigms resulting from globalization. In an increasingly competitive environment, organizations are looking for professionals with skills developed beyond those necessary for their specific activities, which combine knowledge and skills acquired in their general training,

professional training and experiences. In this sense, Information Literacy must be part of all educational levels, including Professional Education, an educational modality that aims at training workers. This article aims to discuss information literacy from the perspective of professional and technological education. This is exploratory research, with a qualitative approach, which uses bibliographical and documental research as data collection instruments. When considering that the qualification of workers is not always enough for them to be able to deliver the results expected by organizations, we wave with this article, the possibility for teachers, especially those of professional and technological education, to include in their pedagogical practices activities based on the development of information literacy to drive significant changes in the training of its students.

Keywords: Information Literacy; Professional and Technological Education; Education for work; Teaching action

1 Introdução

A Ciência da Informação é um campo interdisciplinar do conhecimento abrangendo diferentes tipos de estudos voltados à informação e ao conhecimento e os fenômenos relacionados à informação, ao conhecimento e contextos sociais conforme apontam autores como Borko (1964), Saracevic (1995) e Choo (2006).

Enquanto área do conhecimento que não se mantém estática, amplia sua relevância para a sociedade e sua responsabilidade social ao investigar a diversidade de problemas informacionais centrando seus estudos não só sob a ótica dos registros do conhecimento, mas, seu impacto em múltiplos contextos como o político, social, educacional, organizacional, tecnológico, dentre outros.

Em uma sociedade competente em informação os indivíduos desenvolvem a capacidade de identificar a veracidade de informações e usar fontes de informações confiáveis para exercer plenamente a sua cidadania. O uso de tecnologias de informação e comunicação disponíveis são recursos empregados tanto para o exercício profissional quanto o educacional e o social e, não saber utilizá-los, pode se constituir em fator de exclusão social. Mas, o foco não deve ser restrito às questões de acesso, é preciso dotar os indivíduos de competência para analisar e usar as informações de maneira crítica, sabendo identificar o que, como e onde buscar as informações para satisfazer as suas próprias necessidades informacionais (HATSCHBACH; OLINTO, 2008).

Num mundo marcado pela alta competitividade, a informação passou a ser um recurso estratégico dentro das organizações tornando crescente a necessidade de profissionais com formação de qualidade, com capacidade críticas, criativas e reflexivas para lidar com ela.

No contexto profissional não se trata apenas da qualificação formal do indivíduo voltada para desenvolver tarefas relacionadas a um determinado tipo de trabalho, mas sim, de sua qualificação real baseada nas competências essenciais, conhecimentos e habilidades originadas de sua formação geral, profissional e experiências de trabalho. Torna-se fundamental que os sujeitos organizacionais saibam converter o conhecimento tácito que possuem (conhecimento – individual) em conhecimento explícito (conhecimento – coletivo) e possuam atitude voltada para o aprendizado ao longo da vida (DELUIZ, 1996, p. 74).

Hatschbach e Olinto (2008) destacam que a Competência em Informação (CoInfo) ultrapassam as fronteiras da Biblioteconomia e Ciência da Informação, possuindo grande interface com outras áreas do conhecimento, entre as quais podemos mencionar a educação, as ciências sociais, a psicologia cognitiva, a comunicação, o marketing, o direito e a informática. Constitui terreno fértil no que diz respeito ao comportamento e práticas informacionais.

A *American Library Association* (ALA) possui um dos conceitos mais usados no mundo sobre Competência em Informação (CoInfo). Por meio de sua subdivisão *Association of College and Research Libraries* (ACRL) definiu em 2000 a CoInfo como um conjunto de habilidades indispensáveis ao indivíduo para reconhecer quando uma informação é necessária e ter habilidades para localizá-la, avaliá-la e usá-la eficazmente para aprender com ela (*AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION*, 1989, tradução da autora). Essa competência deve ser desenvolvida durante toda a vida dos cidadãos, especialmente no período de educação (IFLA, 2008, p. 4). E a partir desse conceito, a ACRL apresentou um modelo com cinco padrões para CoInfo, são eles: determinar a natureza e a extensão da informação necessária; acessá-la efetiva e eficientemente; avaliar suas fontes criticamente e incorporar informação selecionada em sua base de conhecimento e sistema de valores; utilizar a informação efetivamente para cumprir um propósito específico; compreender os vários temas econômicos, legais e sociais em torno do uso ético e legal.

A educação – por não estar dissociada desse cenário de transformações gerado por nossa sociedade globalizada – é desafiada a migrar da postura tradicional e transmissora de informação

e de cultura para tornar as pessoas protagonistas de seu próprio desenvolvimento nos modos de aprender e de pensar, exigindo dos educadores a fuga de metodologias de ensino mecanizadas, orientando e auxiliando seus educandos em suas próprias construções do saber (FONSECA; SPUDEIT, 2016).

Para Saviani (2007) trabalho e educação são atividades atribuídas à espécie humana, ou seja, apenas o homem trabalha e educa, compreendendo o trabalho como a ação do homem sobre a natureza transformando-a de acordo com suas necessidades, e a educação como o processo de aprendizagem desenvolvido através da produção de sua própria existência. O autor defende que trabalho e educação não devem ser abordados de modo dissociado, pois, o ser humano depende de ambos para viver e sua formação enquanto indivíduo deve ser baseada por uma educação que tenha o trabalho como princípio educativo.

Como princípio educativo, é fundamental considerar que o trabalho não se limita à execução de tarefas mecânicas, nem deve estar restrito à prática meramente tecnicista do "aprender trabalhando" ou "trabalhar aprendendo" pelos indivíduos. Em vez disso, ele deve ser integrado à formação humana por meio de reflexões sobre a cultura, as correlações de forças existentes, os saberes e as relações sociais que se estabelecem na produção e na sociedade enquanto vivenciam e constroem a própria formação (MOURA, 2007). Para tanto, é necessária uma prática pedagógica politécnica que promova o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, sem distinguir a formação para o trabalho da cultura, ciência e tecnologia.

Inspirado nas reflexões de Gramsci sobre o trabalho como princípio educativo da escola unitária, Saviani (2007, p. 161) destaca que a formação politécnica não deve ser baseada em uma abordagem tecnicista, mas, sim, em uma perspectiva crítica e reflexiva a fim de permitir o “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”. A formação deve possibilitar emancipação e apontar caminhos e perspectivas de uma mudança na Educação como um todo, voltada para a sociedade humana que tanto queremos. Propondo argumentos e ideias que buscam a superação da realidade dicotômica que separa a técnica da dimensão humana. “Problematizando a formação que prioriza a técnica, discutindo a partir da reflexão filosófica a práxis dos indivíduos que compõem a Educação em todos os seus níveis,

fazendo com que estes sujeitos construam uma sociedade mais ética e humana” (DUARTE; OLIVEIRA; KOGA, 2016, p. 3).

Quando compreendemos a relação entre educação e trabalho na construção da existência humana, somos capazes de formar indivíduos não alienados em relação ao seu trabalho e à sociedade. Essa compreensão é fundamental para a formação de um homem consciente de sua importância como agente transformador da realidade social, cultural, política e econômica em que está inserido.

Busca-se, portanto, uma unidade entre teoria e prática na formação profissional, em que a educação não esteja restrita apenas à preparação para o mercado de trabalho, visando atender às demandas do sistema capitalista. Ao contrário, o trabalho deve ser visto como princípio educativo fundamental para que os indivíduos possam desfrutar dos benefícios advindos do trabalho humano, independentemente de sua classe social.

Para Moura (2007, p.20) uma formação integrada deve proporcionar aos cidadãos a capacidade de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, de modo que possam inserir-se nela e atuar de maneira ética, competente, técnica e politicamente consciente, visando contribuir para a transformação da sociedade em prol dos interesses sociais e coletivos.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como premissas o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como categorias indissociáveis para uma formação humana e integral. Essas premissas trazem implicações significativas para o papel da escola e ao ofício docente, sobretudo, na relação dos estudantes com o mundo do trabalho.

A educação que se concentra no aprimoramento de competências tem, na visão de Berte (2016), poder de contribuir para o desenvolvimento humano, no sentido do desenvolvimento integral de pessoas e das organizações, se for referenciada em organizações de aprendizagem permanente. A capacitação e o desenvolvimento de pessoas nas organizações que buscam a excelência, transcendem a visão restrita de apenas treinar para o desenvolvimento de funções específicas, abrindo espaço para a concepção de um sistema de desenvolvimento que integra diversas abordagens, dentre elas, a competência em informação.

Considera-se um aluno competente em informação quando este compreende sua necessidade de informação, é capaz de identificar quais recursos estão disponíveis para exploração, sabe como encontrá-los e acessá-los.

2 A competência em Informação

Abordar o tema das competências humanas na EPT é uma tarefa complexa, dada a polissemia do termo e as diferentes visões políticas e filosóficas que o cercam, como relata Depresbiteris (2005).

Na literatura da educação profissional, o surgimento do termo “competência” parece ter ocorrido, primeiramente, em alguns países industrializados, sobretudo naqueles que apresentavam maiores problemas em integrar seus sistemas educativo e produtivo. Desta maneira, o modelo de competência surgiu como uma proposta para a educação profissional, formulado sob influência do setor produtivo, como uma decorrência das mudanças do mundo do trabalho que apontavam para a necessidade de um novo perfil do trabalhador (DEPRESBITERIS, 2005, p.3).

No Brasil, a proposta de trabalhar a competência na EPT foi formalizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9394 (BRASIL,1996), que dedica um capítulo especial para a Educação Profissional. O Art.39 da lei cita que a educação profissional, ao ser integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, o que implica a mobilização de outras dimensões dos saberes. Nesse contexto, trabalhar em prol do desenvolvimento de competência dos alunos, articulando a evolução do ensino com as demandas do mercado, pode ser um diferencial significativo e trazer grandes avanços para a EPT.

Depresbiteris (2005) afirma que “o aumento da complexidade do trabalho, que não se restringe apenas à aquisição de novos conhecimentos decorrentes da introdução de novas tecnologias, mas também pela reformulação das próprias formas de organização, passou a exigir muito mais do que apenas o saber-fazer”.

Catts e Lau (2008) enfatizam que, além de possuir um conhecimento teórico sólido em suas respectivas áreas profissionais, as pessoas precisam desenvolver competência em informação para enfrentar as demandas de seus ambientes de trabalho. Isso engloba a capacidade de explorar

informações, estabelecer conexões com diversas fontes de conhecimento e aplicar essas habilidades de maneira prática na compreensão de situações e nas tomadas de decisões. Surge então um movimento que defende a articulação de vários elementos, como: o acesso à informação, os saberes, as manifestações científicas e culturais, dentre outros, para acompanhar as transformações do mundo contemporâneo e desenvolver novos processos produtivos (SANTOS, 2017).

A expressão *information literacy*, traduzida neste artigo como competência em informação, surgiu pela primeira vez em 1974 no relatório *The information service environment relationships and priorities* do bibliotecário americano Paul Zurkowski. Nesse documento, Zurkowski descreveu produtos e serviços oferecidos por instituições privadas relacionando-as com as bibliotecas e propôs um movimento para que os Estados Unidos adotassem a competência em informação como ferramenta educativa para que o trabalhador norte-americano pudesse lidar com o excesso de informação “por meio do aprendizado de técnicas e habilidades no uso de ferramentas de acesso à informação” (DUDZIAK, 2003, p. 24).

Inicialmente concebido para atender à demanda de aprimoramento profissional da indústria norte-americana conforme evidenciado em Dudziak (2003), a competência em informação evoluiu ao longo do tempo, deixando para trás sua concepção instrumental para a classe industrial na década de 1970.

Pereira (2015), revela um rompimento do conceito inicial nos anos 1980, passando a enfatizar sua importância no processo educacional para a classe bibliotecária, fato que despertou o interesse de pesquisadores e agentes sociais.

Karol C. Kuhlthau, foi pioneira no desenvolvimento de discussões e pesquisas estabelecendo uma relação entre a competência em informação como uma prática pedagógica. A autora promoveu uma aproximação entre a competência em informação e o currículo escolar ao publicar em 1987 a obra *Information Skills for an Information Society: a review of research*, na qual delinea os fundamentos do conceito de competência em informação combinado ao processo educacional como mais uma prática pedagógica capaz de contribuir para a formação de indivíduos competentes em informação (PEREIRA, 2015).

O interesse nos estudos e a importância sobre a temática da competência em informação começaram a criar forma ultrapassando fronteiras e gerando a necessidade do emprego do termo em outros idiomas, porém, a tradução não ocorreu de forma uniforme e consolidada. Em inglês o termo permaneceu como ‘*Information Literacy*’; em francês adotou-se ‘*Maîtrise de l’Information*’; em espanhol há uso dos termos ‘*Alfabetización Informacional*’ como tradução literal de *Information Literacy*, ‘*Alfabetización em información*’, ‘*Competencia informacional*’ e ‘*Desarrollo de Habilidades Informativas – (DHI)*’ esse último mais utilizado no México. No cenário luso brasileiro temos variação nas terminologias adotadas, ‘Literacia da Informação’, e ‘competência da Informação’ em Portugal; e, ‘Alfabetização Informacional’, ‘Alfabetização em Informação’, ‘Competência Informacional’ e ‘Competência em Informação’ no Brasil (HATSCHBACH; OLINTO, 2008, p.23-24).

O termo Competência em Informação é mais reconhecido e utilizado por pesquisadores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. Dudziak (2001, 2003), Belluzzo (2004, 2008), Campello (2009) e Gasque (2013) são algumas autoras que apresentam reflexões, discussões e diretrizes e que dão luz às pesquisas sobre Competência em Informação. Adotado de forma ampla, a competência em informação é compreendida como um processo que corresponde às etapas de localizar, selecionar, acessar, organizar e usar a informação para fins de gerar conhecimento, com o intuito de facilitar a tomada de decisão e a resolução de problemas de informação.

Segundo Vitorino e Piantola (2011), a competência em informação envolve aspectos tanto objetivos quanto subjetivos, podendo ser abordada de forma individual ou coletiva, resultando em quatro dimensões interligadas. A dimensão objetiva está diretamente relacionada à capacidade de utilizar tecnologias de informação e comunicação, enquanto a dimensão subjetiva se refere às experiências pessoais de cada indivíduo. A abordagem individual está relacionada à ética do sujeito ao utilizar informações disponíveis, e a abordagem coletiva está ligada à capacidade de exercer a cidadania.

No âmbito do governo brasileiro, os princípios educacionais que norteiam essa modalidade de ensino estão definidos pelo Ministério da Educação (MEC). Estes princípios incluem o estímulo ao pensamento crítico, o desenvolvimento da habilidade de aprender continuamente, a promoção

da aprendizagem ao longo da vida e o fomento à autonomia intelectual (BRASIL, 2009). Esses aspectos centrais alimentam as discussões sobre as interações entre trabalho, emprego, educação e profissão com o objetivo de fornecer uma formação que priorize as relações sociais e aspiram à criação de cidadãos engajados nas esferas políticas e produtivas da sociedade (SANTOS, 2017).

Desse modo, destaca-se a importância que os estudos do uso e das necessidades de informação possuem e devem avançar em direção a

Análise dos motivos que geram as necessidades de informação e como essas necessidades são percebidas, representadas, definidas e vivenciadas. Também é importante estudar como a informação é usada, entender como a informação ajuda o usuário e avaliar os resultados do uso, inclusive seu impacto, seus benefícios e sua contribuição para a noção de eficiência ou desempenho (CHOO, 2006, p. 70-71).

Nesse contexto, o autor considera que tão importante quanto o estudo do objeto informação é o estudo daqueles que a utilizam.

No ano de 2004, a ALA estabeleceu nove diretrizes da CoInfo para a aprendizagem dos alunos, dividindo-as em três categorias: competência em informação voltada ao manuseio da informação; competência em informação voltada à aprendizagem autônoma e independente; e competência em informação voltada à responsabilidade social conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Diretrizes para a CoInfo

O aluno com competência em informação:	O aluno com aprendizagem independente:	O aluno com responsabilidade social:
Acessa a informação de forma eficiente e efetiva;	Sabe buscar com persistência a informação relacionada aos seus interesses pessoais;	Reconhece a importância da informação para a sociedade democrática;
Avalia a informação de forma crítica e competente;	Aprecia a literatura e outras formas criativas de expressão da informação;	Coloca em prática o comportamento ético em relação à informação e à tecnologia da informação;
Usa a informação de forma precisa e criativa.	Procura obter excelência na busca de informação e geração de conhecimento.	Participa efetivamente de grupos para buscar e gerar informação.

Fonte: Adaptado de American Library Association (2004).

Com base nas categorias apresentadas pela ALA no quadro acima, a competência em informação, aplicada no contexto educacional, permite aos alunos a capacidade de aprendizagem mais independente, bem como o uso de recursos tecnológicos para acessar e buscar informações de qualidade para uso e aplicação. Ademais, essa competência contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, pois os alunos selecionam fontes de informação confiáveis e filtram as que são irrelevantes para o contexto da pesquisa.

Encontrar significados em ambientes onde há muita informação não é fácil, pois, a informação é atribuída de vários níveis de complexidade e contém várias facetas, ligadas a aspectos objetivos e subjetivos cujo enfoque pode ser individual ou coletivo.

Com base nas Teorias da Educação, as bibliotecas escolares tornaram-se mais evidentes, uma vez que oferecem serviços voltados para a educação dos usuários no uso de fontes de informação e com metodologias de aprendizagem centradas nos alunos, em contraste com o antigo método centrado no professor (CAMPELO, 2003).

Belluzzo (2008) destaca que a biblioteca escolar precisa estar conectada diretamente à escola e inserida em um ambiente de aprendizagem contínua ao longo da vida. Para isso, é necessário que haja uma colaboração estreita entre professores e bibliotecários, visto que esse trabalho conjunto é fundamental para que a biblioteca exerça seu papel de maneira eficaz.

Porém, Farias e Belluzzo (2017) evidenciam a complexidade de estabelecer uma conexão da filosofia da Competência em Informação e os ambientes educacionais, pois, a compreensão dessa filosofia como um exercício da cidadania e com o aprendizado ao longo da vida, muitas vezes é limitada, prejudicando o desenvolvimento de programas educacionais ou de capacitação.

Essa incompreensão da competência no contexto educacional traz na concepção de Araújo e Rodrigues (2010) desafios reais nos momentos em que os professores se propõem a organizar os currículos, definir estratégias de ensino e proceder a avaliações.

Gasque (2012) acrescenta a lista de desafios a serem superados a “dificuldade em mudar a cultura pedagógica, formação inadequada de professores, concepção de ensino-aprendizagem, organização do currículo e ausência de infraestrutura adequada de informação” (GASQUE, 2012, p.151-152) na implantação da filosofia da competência em informação no ambiente educacional.

Considerando que a competência em informação é um tema ainda pouco explorado no âmbito da Educação no Brasil e estar mais consolidado à Ciência da Informação é fundamental destacar que a qualificação dos trabalhadores nem sempre se revela suficiente para que eles atinjam os resultados esperados pelas organizações. Nesse cenário, acredita-se que uma pesquisa com ênfase nas entregas esperadas no âmbito da ação docente, surge como uma oportunidade para aprofundar a construção teórica desse tema. Tal pesquisa poderá contribuir para enriquecer o conhecimento no campo da Ciência da Informação e evidenciar pontos relevantes na esfera da Educação, especialmente, no contexto da Educação Profissional.

3 Educação Profissional e Tecnológica

A história da formação profissional no Brasil retrata uma luta política entre a implementação do assistencialismo e da aprendizagem com foco operacional versus a proposta da introdução dos fundamentos da técnica e das tecnologias, o preparo intelectual. Ou seja, uma dicotomia entre trabalho manual (técnico) e o trabalho intelectual, onde o primeiro de cunho operacional era direcionado às classes mais baixas enquanto que o segundo, privilegiado às classes altas. Provocando de acordo com Araújo e Rodrigues (2010, p. 51-52) o surgimento de “[...] dois sistemas de formação de subjetividades e de duas redes diferentes de escola [resultantes] divisão social do trabalho que separa o trabalho intelectual do trabalho corporal, impondo limites ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas”.

Moura (2007) destaca que a educação profissional no Brasil possui uma história marcada pela dualidade entre a formação geral e a formação técnica, que se originou desde o período colonial e se aprofundou durante a industrialização do país no século XX refletindo as condições sociais e econômicas da época.

A oferta de educação para trabalhadores no Brasil era bastante limitada, uma vez que a economia era baseada principalmente na agricultura e não exigia muita qualificação da mão de obra. Foi somente a partir de 1906 que começaram a ser implementadas as primeiras políticas de desenvolvimento e incentivo ao ensino industrial, comercial e agrícola. Com o início do processo de industrialização e uma crise internacional que afetou as exportações agrícolas do país, tornou-

se necessária a qualificação de pessoas para diferentes postos de trabalho, o que levou à criação de um maior número de escolas e cursos de formação profissional (SENAC DN, 2004).

A construção do sistema de educação profissional no Brasil foi influenciada pelas recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e teve um papel significativo no desenvolvimento de uma formação profissional voltada para as necessidades dos trabalhadores brasileiros. O sistema foi criado com base nas demandas do setor empresarial e teve como objetivo a qualificação dos trabalhadores para atender às exigências do mercado de trabalho.

Quadro 2: Marcos histórico do desenvolvimento da EPT no Brasil

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei n. 7.566 de 23 de setembro deu origem à educação profissional brasileira, que foi criada como um meio de capacitação ou treinamento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização. No entanto, a abordagem inicial da educação profissional tinha um caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Foram criadas 19 "Escolas de Aprendizes Artífices" com o objetivo de formar profissionais para o mercado produtivo. A formação técnica passou a ter maior importância, mas ainda não havia uma integração entre essa formação e a educação geral. Estas escolas foram destinadas a jovens de camadas pobres da população. O Ministério da Indústria e Comércio foi responsável pelo ensino profissional.
1927	A partir de 1927, o Congresso Nacional aprova projeto que torna obrigatória a oferta no país nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, sendo prevista uma instância de Inspeção do Ensino Profissional Técnico logo depois em 1930 quando o Ministério da Educação é criado.
1930	O ensino profissional teve um importante impulso no Brasil com a instalação de escolas superiores para a formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo, marcando o início da industrialização no país. A partir de 1930, o ensino profissional se expandiu em diversas regiões do Brasil, contemplando um público mais amplo, incluindo tanto ricos quanto pobres.
1937	O ensino profissional é tratado na Constituição Federal enfatizando-o como dever do Estado e definindo que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do Sistema S.

1942	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) pelo Decreto-Lei nº 4.084, de 22 de janeiro, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) com a definição de dois ciclos para este ensino; estabelecimento das bases iniciais de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942).
1943	Instituída a Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro)
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro; do Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social da Indústria (Sesi). Criação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto).
1959	Foram instituídas as primeiras escolas técnicas federais como autarquias a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal, as quais compõem hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
1961	A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) passou a permitir que os concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar os estudos no ensino superior.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (Sescoop) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae).

Fonte: Elaborado a partir de BRASIL (2009).

Conforme os marcos históricos apresentados no quadro acima da hoje denominada Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, percebe-se a importância da participação do governo e da sociedade, representada pelos sindicatos e seus empregadores que tiveram papel importante na definição das legislações trabalhistas e na elaboração de políticas econômicas, sociais e trabalhistas.

A partir da década de 1930 que o ensino profissional é tratado na Constituição Federal como dever do Estado, sendo atribuídas as indústrias e sindicatos econômicos à criação de escolas aprendizes de acordo com a sua especialidade (BRASIL, 2018).

Houve uma preocupação em integrar a formação técnica à formação geral, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946. No entanto, essa integração ainda não era plena e a

formação técnica era vista como uma alternativa para aqueles que não tinham acesso à educação geral.

Na década de 1960, com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), houve uma maior integração entre a formação técnica e a formação geral, mas ainda havia uma dualidade entre essas duas modalidades de ensino.

Na década de 1990, a educação brasileira passou a ser regulada através da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB, tem como finalidade estabelecer as bases e diretrizes da educação nacional, reconhecendo que a educação abrange os processos formativos que ocorrem em diversos ambientes, como na vida familiar, convivência humana, trabalho, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e manifestações culturais (BRASIL, 1996).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está regulamentada na LDB, no capítulo III, que abrange os artigos 39 a 42. Esse capítulo trata da definição geral da Educação Profissional e no seu artigo 39, define que essa modalidade de educação é identificada pela sua integração com os diferentes níveis de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 1996).

A LDB define ainda o modo de organização por eixos tecnológicos e que a oferta de cursos na EPT deve ser desenvolvida por meio de programas e cursos técnicos, de formação inicial e continuada, de educação profissional de nível técnico, de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres, ofertada por redes e instituições de ensino públicas e privadas, e, nas Instituições Especializadas em Educação Profissional e Tecnológica (IEPTs) como os Institutos Federais, os Serviços Nacionais de Aprendizagem e as Escolas Profissionalizantes Públicas e Privadas (BRASIL, 1996).

Os cursos técnicos têm como objetivo proporcionar aos alunos uma formação profissional para o exercício de atividades específicas no mercado de trabalho, enquanto os cursos de formação inicial e continuada têm como finalidade promover a capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização dos trabalhadores em diferentes áreas.

A Educação Profissional de Nível Técnico visa formar profissionais para o mercado de trabalho, em diferentes áreas de atuação. Já a Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação tem como objetivo formar profissionais para a atuação em diferentes áreas tecnológicas e de gestão.

Os cursos de extensão têm como objetivo complementar a formação do estudante, possibilitando a ampliação e atualização de conhecimentos. Por fim, os cursos livres são cursos que não possuem uma regulamentação específica e têm como objetivo oferecer conhecimentos em áreas diversas, sem a finalidade de formação profissional ou certificação de competência.

É importante ressaltar que todos os cursos na EPT devem ser organizados com base em projetos pedagógicos que levem em consideração as necessidades do mercado de trabalho e as demandas da sociedade. A educação profissional e tecnológica busca um ensino que promova uma transformação social significativa para os alunos. Nesse sentido, é proposto um ensino que vá além da formação técnica, contemplando o desenvolvimento humano integral, que engloba ciência, cultura e artes, e que integra teoria e prática. Assim, busca-se eliminar o academicismo descontextualizado da realidade e o tecnicismo desvinculado das potencialidades intelectuais do ser humano, confiantes para a construção plena e multilateral do indivíduo (SAVIANI, 2007).

O embate entre trabalho intelectual *versus* trabalho corporal reflete no processo educativo, comprometendo a percepção da importância do fornecimento de fontes de informação para a criação de significados e a promoção de uma educação profissional equitativa e de qualidade.

Nesse processo, Farias e Belluzzo (2017) apontam que os educadores desempenham um papel essencial na transformação da educação, e é importante que possam assumir múltiplas funções e responsabilidades, fornecendo aos alunos não apenas informações científicas precisas e atualizadas, mas também desenvolver competências fundamentais para o exercício do pensamento crítico e ação. Esse é um dos principais desafios para os formadores de hoje. Para alcançar esse objetivo, é necessário selecionar estratégias pedagógicas que permitam o desenvolvimento da competência em informação.

A competência em informação na visão de Farias e Belluzzo (2017) é definida como uma abordagem pedagógica que se concentra na formação de indivíduos capazes de buscar, avaliar e

usar informações de forma crítica e reflexiva, para solucionar problemas, tomar decisões e se comunicar com eficácia em diversas situações. Trata-se de uma habilidade transversal, que deve ser desenvolvida em todos os níveis e áreas de ensino, e que envolve não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas também a construção de valores, atitudes e comportamentos éticos e responsáveis.

Para as autoras “o docente ao apropriar-se do conceito de competência em informação e colocá-lo em prática por meio de intervenções pedagógicas, têm condições de influenciar positivamente na aprendizagem, pois amplia o grau dessa competência nos alunos” (FARIAS; BELLUZZO, 2017, p.131).

Diante deste cenário, observa-se que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação têm grande contribuição a dar no contexto da formação integral do indivíduo ao trazer estudos que trazem abordagens sobre unidades de informação no contexto da Educação Profissional, modelos de Competência em Informação e sua aplicabilidade na Educação Profissional, o papel conjunto de docentes, da biblioteca e dos bibliotecários na promoção da Competência em Informação.

4 Sinergia e potenciais entre Competência em Informação e Educação Profissional Tecnológica

A relação entre trabalho e educação é crucial na definição dos rumos da educação profissional, sendo o mercado de trabalho o principal avaliador e validador da formação oferecida. Apesar de, muitas vezes, a experiência ser considerada pelas empresas como mais importante do que a formação teórica, é necessário entender que ambos os aspectos são relevantes e complementares na preparação dos profissionais para o mundo do trabalho.

A educação profissional é definida como um processo permanente de aquisição ou ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à execução de tarefas e operações comuns a um conjunto de ocupações afins. Essa definição indica o foco sobre os indivíduos e abrange atividades de educação sistemática ou assistemática (ARAÚJO; RODRIGUES, 2010).

Para tanto, é necessário que os estudantes desenvolvam habilidades que os auxiliem no processo de busca e uso de informações. Essas habilidades são fundamentais para a aprendizagem,

sendo o primeiro passo na aquisição das metas educacionais de qualquer estudante e devem contar com o trabalho conjunto e colaborativo entre o professor e o bibliotecário, um auxiliando o outro na formação integral dos cidadãos como defendem Varela, Barbosa e Farias (2013); Veiga (2019), Fonseca e Spudeit (2016); Araújo e Rodrigues (2010).

Por meio da oferta de uma educação de qualidade, a escola que compreende a competência em informação como uma experiência pedagógica que deve ser vivenciada na prática e cujas situações de aprendizagem devem retratar o fazer profissional transforma-se em terreno fértil e propício para a formação de pessoas capazes de interagir de maneira eficaz na sociedade, pois, os ensinamentos aprendidos influenciarão no desenvolvimento de sujeitos com pensamentos críticos e relevantes, capacitados para alcançar seus objetivos.

A Competência em Informação torna-se cada vez mais essencial na EPT, uma vez que é um fator decisivo para potencializar a empregabilidade dos estudantes nessa modalidade de ensino. Desenvolver habilidades nessa área é fundamental para que os alunos possam interagir com as tecnologias informacionais e serem inseridos na cibercultura, contexto social e cultural que se desenvolvem a partir do uso da rede de computadores e de outros suportes tecnológicos. Além disso, a Competência em Informação na Educação Profissional tem como objetivo preparar o estudante para uma melhor inserção no mercado de trabalho e também para o exercício da cidadania dentro do contexto atual da Sociedade da Informação (SANTOS JUNIOR; SALES PAIXÃO, 2020).

Embora essencial, Santos Júnior e Sales Paixão (2020) apontam no seu artigo “O estado da arte da Competência em Informação na educação profissional brasileira mediada pelo bibliotecário através da Educação a Distância (EAD)” que as discussões sobre a CoInfo na EPT são ainda iniciais no contexto brasileiro. Os autores evidenciam uma lacuna existente entre os anos de 2008 a 2014 no desenvolvimento de pesquisas com a temática da competência em informação na educação profissional, com resultados mais expressivos, - porém, com baixa produção - a partir do ano de 2015.

Spudeit (2015) no artigo “Proposta de um programa para desenvolvimento de competência em informação para alunos do ensino profissional” de sua autoria, destaca que embora os trabalhos desenvolvidos na área de Biblioteconomia e da Ciência da Informação sobre a temática da CoInfo

sejam direcionados a alunos do ensino fundamental e médio, também podem ser direcionados para os alunos da EPT com o desenvolvimento de ações para a inclusão da CoInfo pautadas na aprendizagem significativa por meio do trabalho cooperativo entre bibliotecários e professores na formação educacional de futuros trabalhadores, pois, as necessidades são as mesmas.

Lidar com as situações decorrentes do mundo do trabalho que demandam decisões assertivas e rápidas para a resolução de problemas, as pessoas precisam mais do que uma base de conhecimentos teóricos profissionais, necessitam de CoInfo para fazer conexões com outras bases de informação e conhecimento para a tomada de decisões (CATTS; LAU, 2008).

As habilidades da CoInfo se tornam elementos diferenciais para a EPT na medida que fazem os indivíduos: a) determinarem a maneira como agem com a informação (se aceitam, rejeitam, modificam); b) construírem significados a partir da informação; c) exporem estratégias de ação e motivação para lidar com as informações conflitantes; d) buscarem informação, em diversos formatos e gêneros, voltada para o aprimoramento profissional; e) interpretem novas informações com base em contextos culturais e sociais; dentre outras (SANTOS, 2017, p. 101).

Os profissionais formados em Biblioteconomia, tanto em bacharelado como em licenciatura, desempenham um papel fundamental, capacitando as pessoas na identificação e avaliação de fontes de informação, orientando na busca de informações por meio de critérios e ferramentas adequadas, habilitando no manejo de tecnologias, desenvolvendo habilidades para expressar necessidades informacionais e selecionar e sintetizar informações relevantes, a fim de organizá-las e construir conhecimentos por meio de uma aprendizagem contínua (SPUDEIT, 2015).

Para a autora, é importante que os bibliotecários que trabalham em instituições de ensino participem das reuniões pedagógicas e gerenciais da escola para que o planejamento das atividades da biblioteca com foco no desenvolvimento de competência em informação possa ir ao encontro com o planejamento escolar. Dessa forma, é possível criar estratégias conjuntas que propiciem o desenvolvimento de competências para uma formação crítica e reflexiva e, assim, contribuir para a formação de profissionais mais capacitados e preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, aptos a utilizar as ferramentas necessárias para transformar a informação em conhecimento. Além disso, essa parceria garante que a atuação da biblioteca não ocorrerá de forma

isolada, que a biblioteca da instituição seja utilizada como mais um recurso de aprendizagem, de forma mais eficiente e da melhor maneira possível.

Nessa perspectiva, os sistemas educativos devem remodelar seus objetivos, funções e metodologias de ensino para contemplar na formação de futuros profissionais as habilidades necessárias para utilizar a informação de maneira estratégica, inteligente e ética compreendendo as dinâmicas e fenômenos próprios do mundo do trabalho, ou seja, devem formar sujeitos que sejam competentes em informação.

De acordo com Cordão (2002), o compromisso da escola é garantir o desenvolvimento da autonomia intelectual do aluno, permitindo que ele continue aprendendo e conectando as diversas dimensões da educação, trabalho, ciência e tecnologia. Para alcançar esse objetivo, é essencial que os professores tenham condições de exercer sua profissão plenamente, a partir do projeto pedagógico da escola, e não apenas repassando aulas automatizadas por outros. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seus artigos 12 e 13, é tanto um direito quanto um dever dos professores participar da concepção, elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da escola (BRASIL, 1996). Dessa forma, a sociedade brasileira como um todo se beneficia ao adquirir melhores condições de competitividade internacional pela profissionalização de pessoal competente e autônomo no seu dia a dia profissional.

Para Pereira, Nagy e Bezerra (2016) o compromisso de auxiliar os alunos a serem protagonistas de seu próprio desenvolvimento nos modos de aprender e de pensar, gera novas demandas para os educadores como o abandono de práticas mecanizadas de ensino e a incorporação de práticas que levem os alunos a produção de um conhecimento significativo, que se incorpore ao seu mundo e que os ajude a compreender a sua realidade e nela interferir para transformá-la e melhorá-la.

Considerando que planejar, mediar e avaliar permeiam o ato docente, os professores necessitam sistematizar estratégias para o desenvolvimento dessas habilidades. Para Cordão (2002, p. 14) “o negócio do professor é provocar a aprendizagem dos alunos, é motivar e animar o processo de aprendizagem. É por isso que eles precisam buscar novas ferramentas, novas tecnologias de ensino e novas metodologias”. Assim, incentivados pelo professor através de uma

aprendizagem significativa, os alunos terão êxito quando desafiados à resolução de problemas, aos questionamentos propostos e à busca de soluções.

Conforme afirmado por Perrenoud (1999, p. 53) para que seja possível proporcionar esse desenvolvimento, o professor deve passar por uma transformação em relação ao seu conhecimento, na forma como ministra suas aulas, em sua identidade e em suas próprias competências profissionais.

No processo de desenvolvimento da aprendizagem por competência, sob a perspectiva pedagógica, o professor atua como mediador e para que obtenha êxito é necessário que experimente, no papel de aluno, aquilo que ele deverá desenvolver com seus alunos, necessita, conforme a definição de Keuller e Rodrigo (2012), vivenciar o processo de simetria invertida. Para os autores, se o professor busca desenvolver em seus alunos a capacidade de relacionar teoria e prática através de situações de aprendizagem é preciso que tal relação esteja presente em sua própria formação.

No campo organizacional e em contextos profissionais específicos, a competência é tratada de forma sistematizada e discutida sob o enfoque da gestão da informação e das habilidades do conhecimento dos trabalhadores alinhadas aos interesses da organização.

Consideramos que no contexto educacional direcionado para o mundo do trabalho, os princípios da CoInfo combinados com os da EPT permitem que tanto os alunos quanto os professores articulem, mobilizem e apliquem informações, conhecimentos e valores na prática, rompendo com as práticas de uma educação inerte, mobilizando conhecimentos para uma intervenção crítica em fatos, fenômenos de em suas realidades produtivas e sociais.

5 Conclusões

A Competência em Informação (CoInfo) tem como objetivo capacitar indivíduos a identificar, localizar, avaliar, organizar, utilizar e comunicar informações de maneira eficiente e crítica, buscando a tomada de decisões controladas e a construção de conhecimento. Em outras palavras, a CoInfo busca desenvolver habilidades e competência para que as pessoas saibam como

encontrar, avaliar e utilizar a informação de forma responsável e ética, de acordo com suas necessidades e interesses.

Por sua vez, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como objetivo preparar os estudantes para o mercado de trabalho, oferecendo-lhes formação profissionalizante e técnica de qualidade. A EPT tem como foco o desenvolvimento de profissionais, que incluem: conhecimentos teóricos, habilidades práticas e atitudes éticas e responsáveis. O objetivo principal da EPT é preparar os alunos para realizarem atividades específicas em sua área de atuação, atendendo às demandas do mercado de trabalho e esperançosamente para o desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, a EPT procura promover o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes, incentivando-os a serem cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres no exercício da democracia e cidadania.

Percebe-se que ambas compartilham dos mesmos princípios que objetivam a formação de um sujeito autônomo, capaz de desfrutar dos frutos do trabalho como princípio educativo desenvolvendo habilidades para compreender a sua realidade e transformá-la independente de sua classe social. Essas abordagens educacionais também visam capacitar os indivíduos para localizar, avaliar e utilizar efetivamente as informações disponíveis, permitindo que eles busquem seus direitos e contribuam para a democracia e cidadania.

No contexto educacional os professores são peças fundamentais no processo de construção do conhecimento e como mediadores desse processo, precisam analisar suas práticas pedagógicas para promover novas possibilidades de aprendizagem crítica, autônoma e reflexiva.

A ação docente na educação profissional tecnológica deve ser baseada em uma abordagem pedagógica que privilegia a interdisciplinaridade, a contextualização, a reflexão crítica e a valorização do conhecimento técnico-científico. Essa abordagem deve ser orientada para a formação de profissionais capazes de responder aos desafios do mundo do trabalho e da sociedade em geral.

Pode-se observar, portanto, a importância de desenvolver a Competência em Informação para aprimorar e consolidar uma nova filosofia orientada de atividades de aprendizagem,

considerando que o desenvolvimento dessa habilidade é essencial em uma sociedade fundamentada em informação, conhecimento e aprendizado.

O desenvolvimento de pesquisas sobre a competência em informação na Educação Profissional e Tecnológica é ainda um campo de estudos recente, especialmente sobre o ponto de vista da atuação de professores, mas que já apresenta alguns avanços por meio das contribuições teóricas e práticas de profissionais da informação, atuantes nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Enquanto a formação para o trabalho foi historicamente voltada para o desenvolvimento operacional, atendendo aos interesses do mercado e pouco reflexiva, as ações de competência em informação na educação profissional e tecnológica contribuem com a proposta de formação humana integral, pois visa compreender a dimensão informacional das dinâmicas socioprodutivas da sociedade e aprender as práticas informacionais relacionadas à habilitação profissional de cada curso.

O desenvolvimento de uma cultura de trabalho colaborativo entre bibliotecários, pedagogos e professores é fundamental para o fortalecimento da competência em informação, permitindo a criação de atividades e ações que estimulem os alunos a identificar e utilizar recursos e fontes de informação, confiantes para a construção e compartilhamento de conhecimentos de forma mais efetiva.

Desse modo, acenamos com este artigo, a possibilidade para os professores, em especial, os da educação profissional e tecnológica, a incluir em suas práticas pedagógicas atividades baseadas no desenvolvimento da competência em informação para impulsionar mudanças realmente significativas na formação de seus alunos, a fim de que os futuros profissionais possam assimilar e adotar atitudes críticas e reflexivas que promovam a sua emancipação individual e em sociedade.

Finalizamos este trabalho ressaltando a importância do desenvolvimento de estudos relacionados à competência em informação na educação profissional e tecnológica, especialmente aqueles que buscam aplicar as propostas conceituais para o ensino e a aprendizagem. Dessa forma,

será possível aprimorar cada vez mais o processo educacional e atender às demandas do mercado de trabalho, confiante para o desenvolvimento social e econômico do país.

Referências

- Araujo, R. M. L., e Rodrigues, D. S. “Referências sobre práticas formativas em educação profissional”. 2005. Boletim Técnico do Senac, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010, <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>.. Acessado 05 abr. 2023.
- Belluzzo, R. C. B. et. al. “Information literacy: um indicador de competência para a formação competente de professores na sociedade do conhecimento”. Educação Temática Digital, Campinas, v. 6, n. 1, p. 81-99, dez. 2004.
- Belluzzo, R. C. B. Como desenvolver a competência em informação (CI): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola. CRB-8 Digital, São Paulo, v. 1, n. 2, p.11-14, out. 2008, https://www.brapi.inf.br/repositorio/2018/08/pdf_c5d094d2fb_0000030696.pdf. Acessado 18 jun. 2023.
- Belluzzo, R. C. B. “O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação”. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 87-89, dez. 2006, <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/19>. Acessado 18 jun. 2023.
- Berte, R. S. Educação por competências na formação profissional: um desafio para cursos superiores de tecnologia do Senac RS, 2016. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7045>. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado. Acessado 18 jan. 2023.
- Borko, H. “Information Science: What is it?” American Documentation, v. 19, n. 1, p.3-5, jan. 1968. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103>. Acessado 18 mar. 2023.
- Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado 18 abr. 2023.
- Brasil. Histórico da EPT. Ministério da Educação, 2009, <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>. Acessado 18 abr. 2023.
- Brasil. Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Ministério da Educação, 2018, <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>. Acessado 18 abr. 2023.

- Campello, B. “O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003, <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/986>. Acessado 18 fev. 2022.
- Campello, B. *Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- Catt, R., e Lau, J. *Towards information literacy indicators*. UNESCO: Paris, 2008, <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000158723>. Acessado 18 abr. 2023.
- Choo, C. W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2006. 425p.
- Cordão, F. A. “A LDB e a nova educação profissional”. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 10-24, 2002, <https://www.bts.senac.br/bts/issue/view/63/90>. Acessado 07 maio. 2023.
- Deluiz, N. “A globalização econômica e os desafios à formação profissional”. *Boletim Técnico do Senac. Revista de Educação Profissional*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p.73-79, set./ dez. 2004. <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/500>. Acessado 07 maio. 2023.
- Depresbiteris, L. “competência na Educação Profissional - É possível avaliá-las?” *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v.31, n.2, mai./ago. 2005, <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/333>. Acessado 18 abr. 2023.
- Duarte, E. S.; Oliveira, N. A., e Koga, A. N. “Escola unitária e formação omnilateral: pensando a relação entre trabalho e educação”. XI Anped Sul – Reunião Científica Regional da Anped, UFPR, Curitiba – Paraná, 2016, http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo12_EVANDR-O-SANTOS-DUARTE-NEIVA-AFONSO-OLIVEIRA-ANA-LÚCIA-KOGA.pdf. Acessado 18 abr. 2023.
- Dudziak, E. A. *A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas*, 2001, <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado. Acessado 18 jan. 2023.
- Dudziak, E. A. “Information literacy: princípios, filosofia e prática”. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003, <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123/104>. Acessado 18 jan. 2023.
- Farias, G. B. de; e Belluzzo, R. C. B. “Competência em informação: perspectiva didática pedagógica”. *Informação & Informação*, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 112-135, dez. 2017, <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/26716/22728>. Acessado 20 jun. 2023.

- Fonseca, A., e Spudeit, D. F. A. O. “O trabalho cooperativo entre bibliotecários e professores para o desenvolvimento da competência em informação: criação de um programa voltado para alunos do ensino médio”. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 12, n. 1, 2016, <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/112482/116766>. Acessado 09 jun. 2023.
- Gasque, K. C. G. D. *Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem*. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 178 p.
- Gasque, E. K.C. G. D. “Competência em informação: conceitos, características e desafios”. *Atoz*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan-jun. 2013, <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315>. Acessado 25 jun. 2023.
- Hatschbach, M. H. de L., e Olinto, G. “Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas”. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan./jun. 2008, <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/64/78>. Acessado 18 mar. 2023.
- Ifla. Diretrizes sobre o desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente. Veracruz, 2008, <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acessado 15 mar. 2023.
- Moura, D. H. “Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração”. *Rev. Holos*, ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007, <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acessado 15 fev. 2023.
- Pereira, R. *Desenvolvendo a competência em informação: resultados da prática no ensino fundamental*. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.
- Perrenoud, P. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- Santos, C.A. dos. *Competência em Informação na formação básica dos estudantes da educação profissional e tecnológica*. 2017, https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_ca_do.pdf. Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado. Acessado 15. fev. 2023.
- Santos Junior, M. dos., e Sales Paixão, P. B. “O estado da arte da Competência em Informação na educação profissional brasileira mediada pelo bibliotecário através da Educação a Distância (EAD)”. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 7, n. 2, p. 19-32, set. 2020, <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9504>. Acessado 15 jan. 2023.
- Saracevic, T. “Interdisciplinarity nature of Information Science”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, abr. 1995, <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608>. Acessado 15 fev. 2022.

- Saviani, D. “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abri. 2007, <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acessado 15 fev. 2023.
- Senac. Dn. Referências para a educação profissional do Senac. Rio de Janeiro: SENAC/DN., 2004. 80p.
- Silva, C. R. S. da., Nunes, J. V., e Teixeira, T. M. C. “Do conceito de informação ao discurso sobre competência em informação”. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 185-205, 2020, <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/158094>. Acessado 29 mar. 2023.
- Spudeit, D. “Proposta de um programa para desenvolvimento de competência em informação para alunos do ensino profissional”. Ciência da Informação em Revista, Maceió, v. 2, n. 2, p. 67-77, out. 2015, <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1782>. Acessado 31 jan. 2023.
- Spudeit, D. “Programas para o desenvolvimento de competências informacionais: implementação, metodologias e avaliação”. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. de O (Org.). Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática. EDUFBA, 2016.
- Varela, A. V.; Barbosa, M. L. A., e Farias, M. G. G. “Desenvolvimento de competências informacionais, científicas e tecnológicas: responsabilidade do ensino superior com parceria entre a docência e a biblioteca”. In: BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges (Orgs.). Competência em informação: de reflexões às lições aprendidas. São Paulo: FEBAB, 2013. p. 176-208.
- Veiga, M. S. “O professor e a competência informacional: um olhar sobre os alunos do Pibid do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Rondônia”. Educação Pública, v.19, nº 28, 5 de novembro de 2019, <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/28/o-professor-e-a-competencia-informacional-um-olhar-sobre-os-alunos-do-pibid-do-instituto-federal-de-educacao-tecnologica-de-rondonia>. Acessado 03 abr. 2023.
- Vitorino, E. V., e Piantola, D. “Dimensões da competência informacional”. Ciência da Informação, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011, <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328>. Acessado 18 fev. 2023.

Copyright: © 2023 - DIAS, Katiúscia Sousa Dias; FARIAS, Gabriela Belmont de. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 17/07/2023

Accepted: 29/09/2023